

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.520.101 - DF (2019/0168893-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : COMPANHIA DE GAS DO AMAZONAS - CIGAS
REPR. POR : JOSE RICARDO DOS SANTOS NETO
ADVOGADOS : MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS - AM005985
FRANCISCO TULLIO DA SILVA MARINHO - AM00A901
FLAVIA DE PAIVA BRANDI - AM009300
EMBARGADO : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO : MAURA SIQUEIRA ROMÃO - RJ121694

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por COMPANHIA DE GAS DO AMAZONAS - CIGAS, contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheceu** do Agravo para **conhecer parcialmente** do Recurso Especial, e nessa parte, **negar-lhe provimento**, em razão de ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, e do óbice da Súmula 267/STF (fls. 553/559e).

Em suas razões, alega a embargante o seguinte:

"Com relação à violação dos arts. 489, § 1º, VI e 1.022 do CPC, a decisão embargada apenas apontou que 'o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente'. Nada consta sobre os argumentos delineados no Recurso Especial que indicam a violação dos aludidos dispositivos, especialmente no que diz respeito ao afastamento de precedente desta Corte sobre situação idêntica sem que fossem explicitados os motivos para tanto.

No tocante à violação dos arts. 4º, 6º e 64, § 2º, do CPC, a decisão embargada apenas indicou precedentes relacionados ao não cabimento do Mandado de Segurança contra sentença que extingue execução fiscal de dívida não tributária, argumentando que em tais situações não ficaram evidenciadas a teratologia e a manifesta ilegalidade do ato impugnado, assim como que deveria incidir, na espécie, o enunciado nº 267 da súmula do STF, que prevê o não cabimento de Mandado de Segurança contra decisão que pode ser objeto de recurso.

Contudo, os precedentes invocados não guardam qualquer similitude

com a hipótese dos autos, de modo que não se prestam a fundamentar a decisão embargada. Ademais, a situação concreta, levada à apreciação desta Corte, não foi em momento algum mencionada no decisor ora questionado, de modo que a nobre Relatora, com a devida vênia, deixou de observar todos os argumentos minudenciados pela CIGÁS em seu Recurso Especial, os quais apontam para o inequívoco cabimento do Mandado de Segurança em questão e, portanto, para a violação dos dispositivos indicados" (fls. 543/534e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao reexame da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, uma vez que na petição do Recurso Especial, a parte recorrente apontou violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 aduzindo os seguintes fundamentos:

"O acórdão, no entanto, foi omissivo quanto aos argumentos apresentados pela CIGÁS, especialmente no tocante i) à inutilidade da via recursal prevista no CPC/2015 para decisões que não estão expressamente indicadas no rol do art. 1.015; ii) aos graves prejuízos decorrentes do processamento e julgamento da demanda por juízo que a Impetrante entende não ser o natural da causa, o que se mostra absolutamente incompatível com a duração razoável do processo e a efetividade; e iii) às razões pelas quais não identificou a manifesta ilegalidade do ato impugnado" (fl. 435e).

Entretanto, o acórdão recorrido chancelou decisão monocrática em que a relatora manifestou-se sobre a inutilidade da via recursal e os prejuízos decorrentes do processamento e julgamento da demanda, bem como confirmou a ausência de teratologia do ato judicial impugnado, nos termos seguintes:

"Após análise mais aprofundada da matéria, reformulo meu entendimento sobre o cabimento da presente impetração pelas razões que passo a expor.

Verifica-se que o mandado de segurança foi impetrado contra a r. decisão interlocutória que rejeitou a preliminar de incompetência relativa devido à existência de cláusula de eleição de foro (id. 2476018).

A jurisprudência pátria adota o entendimento de que o mandado de segurança contra ato judicial é cabível apenas quando não houver possibilidade de impugnação da decisão por recurso e, ainda, quando o pronunciamento for manifestamente ilegal ou teratológico, in verbis:

(...)

Assim, decisões judiciais, como regra, são impugnadas por recurso. Havendo circunstância excepcional, que represente desconformidade teratológica com a ordem jurídica, admite-se o mandado de segurança. Com a vigência do CPC/2015 e as hipóteses taxativas de cabimento do agravo de instrumento, determinadas decisões interlocutórias ficaram sem previsão de recurso para sua impugnação imediata, sendo a decisão sobre a competência, uma dessas hipóteses.

Importante ressaltar que, o fato de não haver previsão de recurso para impugnação imediata da decisão não gera a preclusão da questão, podendo ser suscitada em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, conforme disciplina o art. 1.009, § 1º, do CPC.

Admitir o mandado de segurança fundamentado apenas no não cabimento do agravo de instrumento significa, em última análise, desvirtuar a sua utilização, pois as questões que não se sujeitam à preclusão devem ser suscitadas em momento adequado.

Nesse sentido, a Súmula 267 do STF estabelece que 'não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção'.

Portanto, ausente a teratologia ou ilegalidade do ato judicial impugnado, é inadmissível a impetração de mandado de segurança, já que essa ação, de índole constitucional, não é sucedâneo recursal" (fls. 295/296e).

Ademais, no julgamento dos Embargos de Declaração opostos no origem, o Tribunal assim se manifestou:

"Registre-se que o julgamento proferido pelo e. STJ no REsp 1.679.909/RS, no qual assentou-se a possibilidade de interpor agravo

de instrumento sobre matéria de competência, com interpretação analógica e extensiva da norma contida no inc. III do art. 1.015 do CPC em nada altera a conclusão ora exposta. A não recorribilidade imediata das questões não previstas no rol do art. 1.015 do CPC ou por meio do mandado de segurança decorre do ordenamento jurídico vigente. Portanto, não se cogita de violação aos princípios do Juiz natural, do devido processo legal, da ampla defesa, da celeridade, da economia e ao direito de acesso à Justiça.

Em conclusão, os fundamentos expostos neste agravo interno não infirmam as razões deduzidas para indeferir a petição inicial do mandado de segurança, por inadequação da vida eleita" (fl. 424e).

Assim, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

No que tange à suposta omissão ou contradição quanto à afronta aos arts. 4º, 6º, 64, § 2º, 489, § 1º, VI, do CPC/2015, o **decisum** embargado foi de clareza meridiana aplicar o óbice da Súmula 267/STF por compreender inexistir, na hipótese, a manifesta existência de teratologia ou ilegalidade no ato reputado coator.

Com efeito, a Segunda Turma do STJ, ao julgar recurso em situação análoga, concluiu que, "ainda que do ato judicial tido como coator, na nova sistemática do CPC/2015, não caiba o recurso previsto no art. 1.015, nos exatos termos do art. 1.009, § 1º, as questões decididas na fase de conhecimento que não comportarem Agravo de Instrumento não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de Apelação, ou nas contrarrazões, incidindo, portanto, o teor da Súmula 267/STF: 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição'" (STJ, RMS 54.969/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/10/2017).

Na hipótese, contudo, não se verifica a ocorrência de decisão judicial manifestamente ilegal ou teratológica, tampouco a existência de direito líquido e certo amparável por Mandado de Segurança, na medida em que a parte recorrente poderia ter interposto Agravo de Instrumento afirmando a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, nos termos da jurisprudência desta Corte, ou então suscitar a questão em preliminar de Apelação, ou mesmo, Contrarrazões à Apelação, consoante disposição do art. 1.009, § 1º, do CPC/2015.

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE
CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL.
NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015.
IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES
INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO

REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as 'situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação'.

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repriminção do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de

agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido" (STJ, REsp 1.704.520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe de 19/12/2018).

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE IMPUGNAÇÃO DIFERIDA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RESP Nº 1704520/MT E ART. 1.009, § 1º, DO CPC/15. SÚMULA 267, DO STF. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO TERATOLÓGICA.

1. 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição', nos termos da Súmula nº 267, do STF.

2. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, sendo passível de recurso/correição, por ocasião da apelação ou contrarrazões, conforme disposição contida no artigo 1.009, § 1º, do CPC/15, e não havendo teratologia, não pode ser a decisão impugnada via mandado de segurança, sob pena de ineficácia do comando legal e, consequentemente, inversão da finalidade do novo Código Processual Civil.**

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no RMS 59.470/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 10/05/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - DELIBERAÇÃO

MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RECORRENTE.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, sendo descabido o seu manejo contra ato judicial recorrível. Precedentes.
2. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, o mandado de segurança não se presta para amparar a revisão de ato de natureza jurisdicional, salvo situação excepcional, em que ficar cabalmente evidenciado o caráter teratológico da medida impugnada, o que não se vislumbra na hipótese sub judice.**
3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no RMS 53.568/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 05/08/2019).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL INTERLOCUTÓRIA. ARTS. 1.009, § 1º E 1.015 DO CPC/2015. SÚMULA 267/STF. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA OU MANIFESTA ILEGALIDADE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS, EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO A QUE ESTIVER VINCULADO O MINISTÉRIO PÚBLICO, AUTOR DA AÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 232/STJ. INAPLICABILIDADE DO ART. 91 DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA IMPROVIDO.

I. Recurso em Mandado de Segurança interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado contra decisão judicial que, em sede de ação civil pública, promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, determinara aos réus, ora impetrantes, o custeio do valor referente ao adiantamento dos honorários periciais.

O Tribunal de origem denegou a segurança, com indeferimento da petição inicial, concluindo pela inadequação do Mandado de Segurança, impetrado como sucedâneo recursal.

III. A Segunda Turma do STJ, ao julgar recurso em situação análoga, concluiu que, "ainda que do ato judicial tido como coator, na nova sistemática do CPC/2015, não caiba o recurso previsto no art. 1.015, nos exatos termos do art. 1.009, § 1º, as

questões decididas na fase de conhecimento que não comportarem Agravo de Instrumento não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de Apelação, ou nas contrarrazões, incidindo, portanto, o teor da Súmula 267/STF: 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição' (STJ, RMS 54.969/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/10/2017).

IV. Ademais, na forma da jurisprudência do STJ, 'a utilização do mandado de segurança para impugnar decisão judicial só tem pertinência em caráter excepcionalíssimo, quando se tratar de ato manifestamente ilegal ou teratológico' (STJ, AgInt no MS 23.896/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/06/2018).

V. Na hipótese, contudo, não se verifica a ocorrência de decisão judicial teratológica, tampouco a existência de direito líquido e certo, amparável por Mandado de Segurança, na medida em que a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.253.844/SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73 (art. 1.036 do CPC/2015), firmou entendimento no sentido de que, em sede de ação civil pública, promovida pelo Ministério Público, o adiantamento dos honorários periciais ficará a cargo da Fazenda Pública a que está vinculado o Parquet, pois não é razoável obrigar o perito a exercer seu ofício gratuitamente, tampouco transferir ao réu o encargo de financiar ações contra ele movidas, aplicando-se, por analogia, a orientação da Súmula 232/STJ: 'A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito'. No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.702.151/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/06/2018; AgInt no REsp 1.426.996/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/03/2018; AgInt no REsp 1.420.102/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 30/03/2017; REsp 1.582.602/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/09/2016; AgRg no AREsp 600.484/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/04/2015.

VI. Consoante a jurisprudência do STJ, 'não se sustenta a tese de aplicação das disposições contidas no art. 91 do Novo CPC, as quais alteraram a responsabilidade pelo adiantamento dos honorários periciais; isto porque a Lei 7.347/1985 dispõe de regime especial de custas e despesas processuais, e, por conta de sua especialidade, a

referida norma se aplica à Ação Civil Pública, derogadas, no caso concreto, as normas gerais do Código de Processo Civil' (STJ, RMS 55.476/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017). Em igual sentido: STJ, AgInt no RMS 56.454/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/06/2018.

VII. Recurso em Mandado de Segurança improvido" (STJ, RMS 57.129/SP, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2019).

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rel 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora